

Pero no sería suficiente con la acción de grupos constituidos en torno a demandas específicas sin la esperanza de que la clase política pueda abandonar el consenso excesivo y la limitada competencia tecnocrática que tiende a imbuirla actualmente, para reavivar las diferencias y los conflictos que hagan nuevamente del gobernar un dilema político. En ese caso la pantalla volvería a ocupar un lugar delimitado: el ser parte de una arena más abarcativa de la cual participan otras formas de deliberación y generación de sentido.

ABSTRACT

Is politics disappearing from a world where the power of national state is declining and in which the fate of national communities is more and more dependant on the almost anonymous logic of financial capital? The political scenario is totally different nowadays and so are their actors. Today television and other media have become the forums for political competition and decision. Political parties are becoming the technical machinery helping personal leaderships constituted in the public scene as representative images.

This process of change is evident worldwide but especially in new democracies as Argentina, which we examine here.

Isidoro Cheresky es profesor de Teoría Política Contemporánea en la Universidad de Buenos Aires. Director del Doctorado en Ciencia Política de la Universidad de Belgrano, es también investigador del Conicet. Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Toulouse, publicó recientemente (en colaboración con Inés Pousadela) la compilación *Política e instituciones en las nuevas democracias* (Buenos Aires: Paidós, 2001) y *La innovación política* (Buenos Aires: Eudeba, 1999). Ha sido profesor o investigador en otras universidades fuera de su país, como el Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine –Sorbonne Nouvelle, Centre d'Études Politiques–, Université René Descartes, Stanford University, New School for Social Research, New York University, University of Notre Dame, Université de Laval.
E-mail: cheresky@mail.retina.ar

A CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DA VIOLÊNCIA EM VEJA: POR UMA ÉTICA DA NÃO FIDELIDADE DO LEITOR

JOSÉ LUIZ AIDAR PRADO

1. INTRODUZINDO O PROBLEMA

Esse trabalho insere-se no âmbito de uma pesquisa mais ampla, iniciada recentemente, sobre a revista semanal *Veja*,¹ que consistirá, em uma primeira fase, na realização de um mapeamento temático para localizar a distribuição dos temas de reportagens de capa desde a criação da revista em 1968. Em seguida, serão feitas análises semióticas das reportagens de capa relativas a certos temas, como o da violência. Pretendo, no presente artigo, apresentar uma análise preliminar da reportagem de *Veja* sobre o tema da violência, centrada no episódio de 12/6/01, envolvendo o 'sequestro' do ônibus 174 no Rio de Janeiro.

Veja não coloca a tragédia como tema principal da capa, preferindo Tom Cruise "belo e poderoso" (ver figura 1). O episódio aparece em uma chamada no canto superior esquerdo da capa, em uma tarja diagonal. O logotipo da revista é construído na cor dos olhos verde-azulados de Cruise, e predominam em geral os tons de azul em toda a figura, inclusive no fundo e na parte inferior, constituída pelo casaco *jeans*.

Na *Carta ao leitor* a revista explica a razão deste Cruise azul: um dossiê sobre "o medo nas grandes cidades" havia sido apresentado ao leitor duas semanas antes. *Veja* anunciou o fato antes do fato? *Veja* opta então por tratar

da questão da violência no país, não construindo a reportagem a partir dos detalhes do caso ocorrido naquela semana no Rio de Janeiro, mas a partir de uma proposta sobre o que o país deve fazer daqui por diante: “o caso funcionou como uma gota d’água numa situação que ninguém suporta mais”. É como se as concorrentes, ou seja, as revistas semanais *Época* e *Istoé*, tivessem se detido no fato em si, estampando na capa a figura ‘do caso’, enquanto *Veja*, que está atenta ao cenário mais amplo da violência no país, pôde figurativizar na capa o poder e a riqueza de Hollywood, EUA, mesmo sem assumir que a violência passou para o segundo lugar naquela semana. O resultado é ambíguo: o que diz a capa, pela própria presença maciça azul do astro, é contraditado pelo editorial, que só fala do caso do ônibus. O título completo da capa é: “Belo e poderoso – Tom Cruise, astro de *Missão impossível*, é quem dá as cartas em Hollywood”. Na parte superior em faixa diagonal amarela, em letras vermelhas, comparece a menção à reportagem sobre o caso: “Terror no ônibus: será que a refém Geisa morreu em vão?”. Precisamos de algo poderoso, encarnado na figura de um superastro superpotente para resolver nossos problemas de violência? Na banca, o leitor encontrará uma *Veja* azul, não deixando que o caso assuma sua presença inteira na capa, ao não enunciar o que as duas outras concorrentes figurativizam em cor preta.

Na capa de *Época* predomina a cor preta de fundo, abrindo-se no centro superior a janela do ônibus, de onde emerge a figura de Sandro do Nascimento, colocando a arma na boca da refém. A janela está imersa na escuridão total, no opaco da ‘tragédia’, que nomeia a reportagem. As imagens de Sandro e Geisa não estão nítidas, os vultos são pontilhados, evocando uma sensação de espectralidade. A insegurança funda a foto. Dois textos, um de cada lado, se colocam sob a figura de cada um dos protagonistas: um de Sandro de 1992 e outro de Geisa de 1999, em letras brancas, contrastando com a cena escura, tratando das “angústias e esperanças” de cada um. Os textos, colocados como legendas das figuras de Sandro e Geisa, contradizem-nas. Sandro, enfiando a arma na boca da refém, parece não ser a mesma pessoa que escreveu o texto sob a foto: “eles não são animais não. São crianças indefesas sem nenhuma riqueza (o erro gramatical é do texto original). Eles saíram do inferno”. A figura de Sandro na foto assume uma posição infernal. A figura de Geisa está quase pontilhada, dispersa, sem nitidez. Sob a foto aparece a legenda assinada por Geisa: “Estou viajando para o Rio de Janeiro [...] Estou indo em busca da felicidade”. O título da capa aparece em amarelo: “Passageiros do horror”, com o subtítulo “Exclusivo – angústias e esperanças do bandido e da professora mortos no seqüestro do ônibus no Rio”. Aqui o sujeito da frase é “bandido e professora”, que em *Veja* jamais apareceram enunciados juntos.

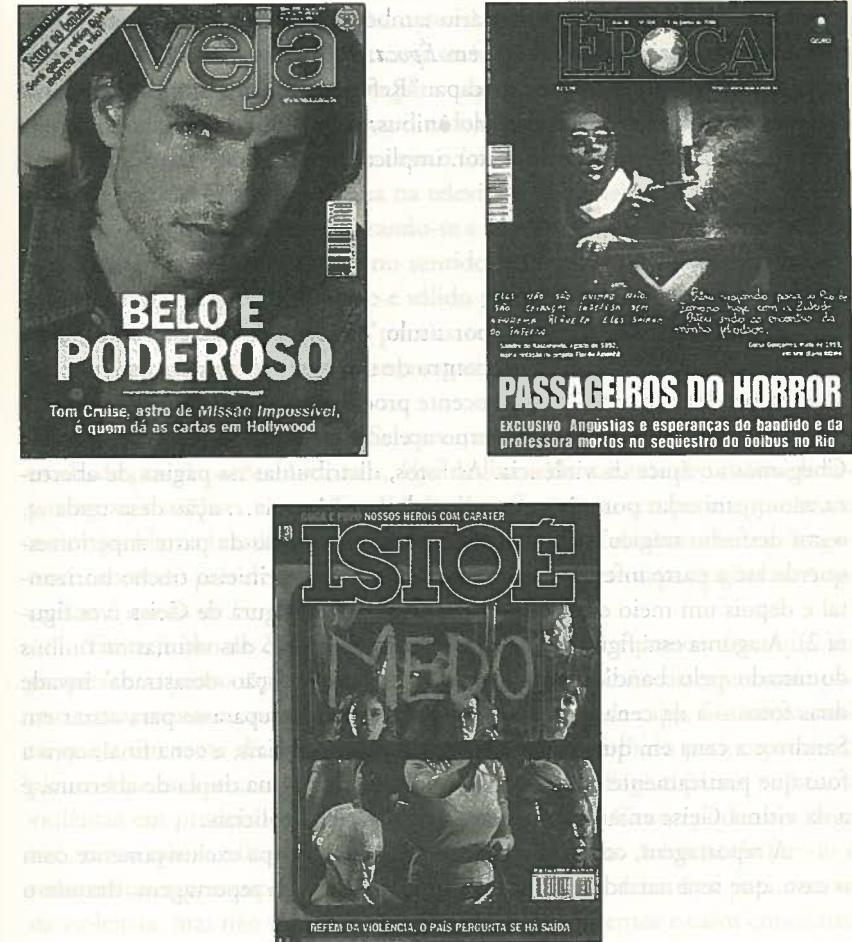


Figura 1A, B e C. As capas de *Veja*, *Época* e *Istoé*, na semana de 20/6/00.

Istoé traz foto em fundo preto, semelhante ao que fez *Época*, mas a janela é maior. Enquanto *Época* apelou para a foto constatativa, *Istoé* metaforiza o caso: as pessoas dentro do ônibus fazem a parte de pessoas comuns, são atores colocados na posição de possíveis vítimas. Um deles escreve a palavra “medo” com batom na janela. Aqui as figuras são extremamente nítidas, não espectrais como em *Época*; esta apelava ao terror da situação no ônibus, enquanto *Istoé* opta por enunciar uma relação mecânica de substituição: o medo pode atingir a todos nós. Em *Istoé* não há bandido, senão como pressuposto; a revista remete o leitor para o centro da tragédia, implicando-o na cena, implicação esta completada no título da capa: “Refém da violência, o país

pergunta se há saída”. O enunciatório também é colocado na posição de vítima, de modo mais nítido do que em *Época*. Além da palavra “medo”, aparece um título na parte inferior da capa: “Refém da violência, o país pergunta se há saída”. O povo está dentro do ônibus, na posição da vítima, ameaçado pela violência, olhando para o leitor, implicando-o na tragédia.

2. A REPORTAGEM DE *VEJA*

A reportagem de *Veja* tem por título “A gota d’água”. Um olho lateral explica o título: “O dramático encontro de um bandido tresloucado, um policial imprudente e uma jovem inocente produz a mais chocante cena de violência já vista no país e faz o governo acelerar plano nacional de segurança”. Chegamos ao ápice da violência. As fotos, distribuídas na página de abertura, são organizadas por três grupos de palavras: “Agonia... ação desastrada ... e um desfecho trágico”. O olhar do leitor é conduzido da parte superior esquerda até a parte inferior direita, descrevendo um primeiro trecho horizontal e depois um meio círculo até a parte central da figura de Geisa (ver figura 2). A agonia está figurativizada pelo aprisionamento das vítimas no ônibus dominado pelo bandido tresloucado; a expressão ‘ação desastrada’ invade duas fotos – a da cena em que o policial abaixado prepara-se para atirar em Sandro e a cena em que Sandro é contido pelos policiais; a cena final, com a foto que praticamente ocupa o maior volume da página dupla de abertura, é a da vítima Geisa ensangüentada e carregada pelos policiais.

A reportagem, como já dissemos, não se preocupa exclusivamente com o caso, que será narrado somente na quinta página da reportagem, tirando o



Figura 2. A página dupla de abertura da reportagem de *Veja*, analisada nesse artigo.

que poderíamos chamar de aspecto constativo do texto. Como o próprio editorial indica, não se trata de narrar os fatos do “dramático encontro”, mas de construir uma grade de leitura para o leitor examinar, a partir das premissas do enunciador, a violência que invade o país. *Veja* defende valores específicos para sustentar seu contrato com o leitor. Este já tinha visto as cenas do caso do ônibus durante a semana na televisão. Isto quebra a novidade do caso na mídia impressa, reconfigurando-se a função da revista mais no rumo de um balanço analítico e menos no sentido de um jornalismo informativo e constativo. Evidentemente isso é válido para essa temática, mas não seria o caso de estender esse raciocínio para as revelações de casos de corrupção na política, em que um jornalismo investigativo e de denúncia assume o primeiro plano.

Veja explica no editorial: “Sempre que um determinado assunto sobe na escala de preocupações nacionais, *Veja* dedica a ele um número maior de reportagens e análises em profundidade. A inflação, no tempo em que era o maior problema brasileiro, foi tema de capa da revista dezessete vezes. A agonia e morte do presidente Tancredo Neves mereceu sete capas seguidas. A ascensão e queda de Fernando Collor, 23”.

Entre junho de 2000 e meados de maio de 2001 é preciso dizer que *Veja* apresenta quatro capas abordando o tema ‘violência’. Ao dizer-se atenta para o tema, mas sem materializá-lo como tema central de capa, fica pressuposto que é um tema de relevo, sem que tenha sido escolhido para o primeiro plano. *Veja* está se contradizendo? Ao falar em gota d’água, parece colocar a violência em primeiro plano. Ao escolher a figura de Cruise poderoso, nega isso, tanto que o editorial precisa explicar essa posição. A forma de fazê-lo é ressignificar a preocupação de primeiro plano: *Veja* se diz atenta para o tema da violência, mas não somente a partir dos acontecimentos e casos concretos, pois “assaltos e assassinatos ocorrem todos os dias no Brasil”. O importante não é informar sobre tais casos corriqueiros, pois isso já se tornou rotina. E diríamos nós: essa rotina passa a ser tarefa da televisão. *Veja* não se propõe como uma revista informativa nessa reportagem, mas atua em outro nível, o de uma luta, na aparência, mais “conceitual”. Ao desenvolver essa ‘luta’ é que o enunciador constrói o simulacro do discurso especialista.

Veja sugere que de algum modo venceu, junto com o governo, a luta contra a inflação, tema ao qual dedicou numerosas capas. E prova, no trecho final do editorial: “Agora o assunto dominante é o medo nas grandes cidades. *Veja* tratou-o numa reportagem de capa apenas duas semanas atrás. Entre o dia em que aquela revista chegou às bancas e o fechamento da presente edição, 1417 pessoas foram assassinadas em todo o país – uma média de 109 homicídios por dia. São números reveladores. Enfrentar o banditismo tornou-

se uma urgência nacional”. *Veja* tem dados minuciosos, sem precisar dizer de onde eles vem. Essa tarefa de dizer a todos como enfrentar o banditismo é o que *Veja* vai empreender, construindo o simulacro do discurso do especialista que detém o saber sobre o tema, não necessitando nem mesmo citar fontes e desconhecendo o estado da arte da especialidade.

Senão vejamos: logo no início do texto, afirma *Veja* que “Após quatro horas de agonia, o desfecho mostrou de forma definitiva que ou o Brasil faz uma remodelação completa na sua estrutura de combate ao crime ou a população terá motivos para correr – e não só quando vê um ladrão, mas também quando chega a polícia”.

Nessa abertura de matéria já são postos em ação todos os sujeitos da narrativa, devidamente adjetivados e modalizados: um bandido tresloucado, uma polícia incompetente, uma vítima inocente. O fato jornalístico, figurativizado pelas fotos organizadas pelos significantes “agonia – ação desastrosa – e um desfecho trágico”, resumindo por assim dizer a tragédia, já aparece aqui embalado em um texto preparado por um destinador-julgador: o que fazer com essa tragédia? A tragédia (o “desfecho trágico”) é construída a partir de um dever ser útil. Da constatação de que o povo está desamparado se deduz que é preciso fazer algo, tornando a tragédia aproveitável no sentido de promover uma mudança estrutural no país, remodelando a “estrutura de combate ao crime”.

As fotos aparecem coladas, na abertura, uma ao lado da outra, como se obedecessem não apenas à seqüência cronológica dos fatos que conduziram ao desfecho, mas também à seqüência ordenada pelos significantes “agonia – ação desastrosa – desfecho trágico”, que colocam em ação os sujeitos da narrativa. No centro atrator dessa página dupla está a figura de Geisa, a vítima inocente, que figurativiza a posição do leitor desamparado, inquieto e talvez revoltado, aguardando um sujeito competente que resolva a situação da violência no país de um ponto de vista estrutural. Para a polícia assumir o lugar desse sujeito competente seria preciso transformá-la. Como? Que solução se propõe na reportagem? Acompanhemos a cadeia semiótica principal.

Continua *Veja*: “É de se perguntar o que mais será preciso acontecer até que se decida enfrentar de forma eficiente a chamada questão da ‘segurança’”. Os desfechos trágicos são vistos como pontos de mudança, como pontos de força que serviriam para o país mudar de direção. A pergunta que aparece na tarja da capa e que será repetida na matéria é: “Será que a refém Geisa morreu em vão?”. A utilidade da morte, eis o que *Veja* nos coloca: como tornar a morte da refém útil para a sociedade? Como a morte da refém pode nos levar a refazer a estrutura de combate ao crime? Caberia perguntar se nós, em constituindo a “estrutura de combate” eficaz, proposta pelo destinador-julgador

instaurado no texto, tornaríamos a morte de Geisa não-vã. O que torna uma morte como essa não-vã? O enunciador parece não ter problemas em tudo contabilizar, até mesmo a morte de uma vítima que ele aparentemente tanto valoriza, colocando-a no centro da cadeia semiótica da página de abertura.

O destinador-manipulador nos leva nesse movimento linear da reportagem: para não cairmos no lugar de vítimas dessa bandidagem, é preciso que o país remodele sua estrutura de combate ao crime, aumentando a repressão. A economia narrativa leva seus sujeitos um ao encontro do outro, fazendo com que o leitor se ponha no lugar do desamparado e apóie o aumento da repressão, investindo numa polícia mais competente, a partir de uma atuação firme do governo, contra os únicos sujeitos realmente competentes de toda a narrativa: os bandidos tresloucados e sem história, pura encarnação do mal.

Acentuemos alguns pontos-chave da narrativa. Após esse início que já diz a que veio claramente, o enunciador globalizado de *Veja* sai pelo mundo para comparar o caso carioca com outros desfechos em países onde a vida humana tem valor maior: escolher os Estados Unidos não é de fato uma decisão inocente e revela mais um passo do destinador-manipulador que conduz o destinatário a uma interpelação das autoridades brasileiras, lentas e desleixadas, apesar da seriedade de seu presidente. Lá um jovem negro é espancado por quatro policiais de Los Angeles: “a cruza dos policiais levou os Estados Unidos a uma comoção, que se transformou em revolta após a absolvição dos agressores. O saldo foi um amplo movimento pela redução da violência policial e uma depuração nos quadros da polícia. A faxina americana está longe de terminar, mas alguma coisa foi feita”.

Se a reportagem euforiza a faxina norte-americana, ao mesmo tempo disforiza a própria ação de combate, pela escolha do léxico. Resolver o problema do crime é meter a mão em coisa suja. Esse fazer faxineiro transformador da polícia norte-americana, a partir de um desfecho ruim, é o que nos falta. Essa falta brasileira refere-se a um déficit de comoção que se deveria transformar em ação e que conduziria a um reaparelhamento da polícia, a qual deve combater os bandidos sem provocar desfechos trágicos. A transformação pretendida da polícia, no sentido de um aparelho competente, faria com que a população pudesse viver em segurança. A repressão deve ser eficaz, não deixando balas perdidas, nem atingindo vítimas inocentes.

Estamos na terceira e quarta páginas da reportagem. Aí aparece a foto de Geisa na escola onde dava aulas na Favela da Rocinha. Na outra página temos três fotos: duas na parte superior, em que aparece o policial Marcelo Santos, que errou o alvo, e o policial acusado de matar o bandido. Na parte inferior dessas páginas há um box com o título “O exército consegue conter o crime?” e uma foto ao lado, lembrando a presença do exército nas ruas do Rio

de Janeiro durante a Eco 92, para garantir a paz na cidade. O box e a foto estão em relação de contradição, na medida em que o texto afirma que “os militares são preparados para invadir ou defender territórios e eliminar inimigos. O objetivo da polícia é outro: defender a sociedade, conter tumultos e reprimir os bandidos”. Mas a própria presença da foto postula a eficiência do exército em 92, negando o que estava posto no box.

Na continuação da reportagem é colocado em cena o presidente da República, Fernando Henrique: ele “anunciou sua repulsa, registrou seu protesto contra a atuação da polícia fluminense e apontou para o futuro, na direção da única saída para que o cidadão escape da barbárie que invade o país”. O presidente é construído aqui como sensível e preocupado, o que fica visivelmente demonstrado na foto da página seguinte da reportagem, em que aparece com semblante sério e tenso, entre dois guardas de costas, desfocados, com armas em punho. Nesta foto aparece figurativizada a saída para o país: armar a polícia de modo eficiente, preparando-a para reprimir os bandidos. O presidente anunciaria, diz *Veja*, nos dias subsequentes um novo plano de segurança para o país, com 124 medidas, entre as quais concurso de mais vagas para policiais, criação de um fundo nacional para reequipar as polícias estaduais, regulamentação do programa de proteção a testemunhas, ampliação do controle de fronteiras, entre outras.

Até esse ponto da narrativa não foi descrito o estado de coisas que origina toda a reportagem, ou seja, o caso que provoca angústia, passa pela ação desastrosa e termina no desfecho trágico. *Veja* investiu nessa primeira parte do texto na apresentação do amplo contexto da violência brasileira e dos valores envolvidos na escolha do olhar e do modo de intervenção contra a violência. O enunciador é sempre sério, bem informado e zeloso do futuro de sua população, tem uma visão ampliada, objetiva, analítica, que pondera todos os parâmetros envolvidos, construindo um simulacro de jornalismo científico.

Antes de entrar no fato propriamente dito, na descrição dos acontecimentos, o enunciador ainda fala de “outros efeitos” do episódio, como correntes pela paz que surgiram na Internet e reações no congresso. Para *Veja* “na lista dos problemas brasileiros a falta de segurança assumiu o primeiro lugar. Em vinte das cinquenta maiores cidades do Brasil, a criminalidade é apontada como o principal problema” e teria, de acordo com um deputado da situação (um ‘tucano’), ocupado o lugar da inflação. E complementa *Veja*: “a diferença é que o aumento de preço empobrece as pessoas, mas não mata”. De acordo com os especialistas, prossegue *Veja*, sem mencionar quem são, “esse será o assunto mais debatido nas eleições [...]. Mata-se no Brasil a um ritmo inacreditável: um assassinato a cada treze minutos”. Novamente o enunciador vê-se compelido a contabilizar as mortes. Teríamos de concluir,

seguindo a cadeia semiótica de valoração de *Veja*, que é preciso fazer com que essas mortes não sejam vãs.

O destinatador-manipulador não apresenta outras visões, além do deputado do mesmo partido do governo. Deixa registrado que a inflação, que era o antigo problema do governo, foi resolvido, e agora é preciso resolver o novo problema, da segurança, que é apresentado como pior, na medida em que o aumento de preços não mata. Nenhuma outra opinião, de qualquer outro partido foi trazida nessa reportagem. Na seqüência, o enunciador não informa, em uma reportagem que se quer objetiva, quem são os especialistas, nem cita pesquisas sobre dados e ritmos da criminalidade. Ele se coloca numa posição superior, contabilizadora-compulsiva, por um lado, e por outro não necessitando de fontes para seu discurso.

Na seqüência, volta à cena o presidente da República, dessa vez já em outro país. A peregrinação de nosso enunciador globalizado por outros países incide desta vez na Colômbia, para anunciar um futuro negro para nós se não remodelarmos a estrutura de combate ao crime. Lá o banditismo saiu fora de todo controle, diz *Veja*.

Estabelecida nessas primeiras páginas a grade de leitura, *Veja* passa ao caso propriamente dito. O relato do evento é feito na linguagem precisa de um jornalismo objetivo: “a agonia dos passageiros do ônibus carioca que faz a linha 174 teve início às 14:20h de segunda-feira. No bairro do Jardim Botânico fez sinal o assaltante Sandro de Oliveira”. Sandro entrou armado no ônibus. Um dos passageiros, após vinte minutos, sinalizou para um carro policial que pediu que o ônibus parasse. Ao que consta (mas *Veja* não o diz) Sandro não havia ameaçado ou assaltado ninguém. O motorista abandonou o veículo. Sandro fez dez reféns, que não conseguiram deixar o ônibus. Após cerca de uma hora chegou o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que começou a negociar. Veio a imprensa, chegaram as câmeras de TV. Mais de três horas depois ele simulou a morte de uma moça, Janaina, para pressionar a polícia a dar o que ele queria: armas, dinheiro e um veículo para fugir. Às 18:49h ele desceu do ônibus, puxando Geisa pelos cabelos, com o revólver apontado para a cabeça da moça. Agachado perto do ônibus, um dos soldados do Bope se aproximou por trás e atirou, tentando matar Sandro. Errou o tiro. Sandro deu quatro tiros, matando Geisa.

O acontecimento é construído como barbárie que *invade*, de fora, o país. Ou seria uma invasão *interna*? Não se esclarece. Sandro é sempre dito “bandido”, não tem história, não tem biografia, tendo invadido o ônibus do mesmo modo que a barbárie invadiu o país, vinda de não se sabe onde. O criminoso é uma espécie de pessoa-do-mal, encarnação do erro e do descaminho, materializado no termo “tresloucado”.

Diz o enunciador de *Veja*, já quase no final da reportagem: “O bandido Sandro marchava para o ocaso de uma vida de desgraças a bordo do ônibus da linha 174”. Ele não tem história, ou se tem, é uma história de desgraças que culminou nesse ocaso narrado por *Veja*. Não tem história, pois “no único documento pessoal que produziu em sua vida, uma ficha na delegacia de um subúrbio carioca, atribui a outra mulher a sua maternidade”. O sujeito não tem mãe, sua mãe é uma outra. Essa predicação o desqualifica: ele não é belo, não é poderoso e sua inscrição simbólica é falha desde o começo. De fora, de longe, junto com a invasão bárbara que acomete a nós, os inocentes, surpresos como FHC, sem defesa, vem esse bárbaro sem história, que nada tem a ver conosco e com nosso cotidiano, e ameaça nossas vidas de pessoas inocentes como Geisa. Nossa identificação é aqui dirigida para a figura de Geisa e nossa ira catequizada contra Sandro, filho de *outra* mãe. Filho sem mãe, coisa do real, ser fora do simbólico, encarnação da desrazão.

3. O ENUNCIADOR

Concentramo-nos até aqui na narrativa, mas seria necessário fazer agora comentários sobre a superfície do discurso. O enunciador usa sempre a terceira pessoa, encarnando a posição unívoca de um sabedor onisciente, que não hesita em saltar do Brasil para os Estados Unidos ou Colômbia para demonstrar seus julgamentos. Ao mencionar “países onde a vida humana tem valor maior” ele apresenta um simulacro de ampla análise, implícita, sem evidentemente citar fontes, porque quase nunca tem necessidade de explicitá-las. Ao escrever “em Brasília, comenta-se que ela (a falta de segurança) tomou o posto que pertencia a um velho inimigo nacional (a inflação)”, o enunciador não afirma quem comenta, usando novamente do recurso do impessoal. Apesar desses recursos reiterados, que produzem o efeito de revelação de um enunciador que frequenta os lugares mais secretos, sem demonstrar as fontes, o texto conserva em geral as características de “objetivo”.

O discurso direto é empregado poucas vezes, para dar voz a políticos do PSDB, partido do governo federal, que não é o mesmo partido do governador do Rio de Janeiro, responsável pela polícia que cuidou do caso em pauta. Não foram ouvidos locutores dos partidos de oposição ou organizações da sociedade civil.

Outro aspecto a salientar é a estrutura “ou...ou”, que em geral aparece nos *outdoors* semanais da revista, expressando um recorte fantasmático da enunciação:

ou o Brasil combate o crime
ou a população vai ter de fugir
- e não só quando vê o ladrão,
- mas quando chega a polícia.

Trata-se de um recurso de um enunciador cético que já não se revolta, mas ironiza o ridículo da inversão de valores: vivemos num país em que a polícia, desastrada, mata a vítima, engendrando desfechos trágicos. Não há nessa superfície discursiva a possibilidade de se questionar a produção social da polícia dita “desastrada” ou do bandido dito “tresloucado”, que parecem florescer do nada, como maçãs podres. A oposição se estabelece, de um lado, entre crime e punição (combate), e de outro, entre a tresloucada ameaça do bandido e a desastrosa ação da polícia incompetente. Entre tais oposições, a população fica sem remédio, sem proteção.

O apelo é dirigido ao Brasil, que tem de resolver a situação: é preciso combater o crime, que germina naturalizadamente. De qualquer modo, entre combater o crime e correr não há outra alternativa para a enunciação dos valores de *Veja*. À população, que não cabe combater o crime, só resta correr e ler *Veja*, que brada por ela. *Veja* é a voz do Brasil: ou o Brasil faz algo, ou a população vai ter de correr. É *Veja* quem se dirige ao sujeito Brasil. *Veja* é o único cidadão do país. O que ganha o enunciatário, ao estabelecer seu contrato com *Veja*? Ganha a defesa de sua fragilidade, que pode desembocar na transformação da polícia; ao cobrar ação do governo, ao conclamar o sujeito Brasil, *Veja* assume voz de protesto contra a incompetência, realizando uma descrição simples e eficaz do caminho de transformação. Para o cidadão, fica somente as tarefas de ficar atento e de continuar lendo *Veja*.

O enunciador realiza uma espécie de balanço especialista da sociedade, ditando formas de combater uma violência naturalizada, inserindo-se como o ser mais capaz em uma narrativa de sujeitos incompetentes que ameaçam a existência do enunciatário, que por sua vez só almeja a paz e a segurança. O enunciatário é sujeito do sossego, não da transformação, ele está no lugar discursivo da vítima inocente. A frase “Ou o Brasil faz [...] ou a população não terá saídas” indica que o enunciador *sabe* realmente o que está ocorrendo e o que é para ser feito. Ele detém a verdade. Um dos efeitos é o de provocar no enunciatário a sensação de estar *informado*, dividindo esse saber com *Veja*. É *Veja* quem fala por ele.

O estar informado do enunciatário não se dá ao modo da quantidade de informação, mas como uma construção simulacral de conhecimento, trazida pelo enunciador sabedor. O sujeito da reação não é o cidadão, mas “o

Brasil". Não se diz: "ou os cidadãos fazem algo ou não teremos saídas", mas: "ou o Brasil faz [...] ou a população não terá saídas". Caberia perguntar quem é O Brasil, com O maiúsculo? Insisto nisso: a população é sujeito somente de "não ter saídas". Performativamente isso repõe o enunciador em sua tarefa de paladino da verdade, que será continuada em outras edições de *Veja*.

O custo dessas estratégias de naturalização da violência, que resulta produzida por bandidos tresloucados e sem-história, é o de repor sempre a população em seu lugar de vítima inocente, sempre a reclamar de um poder que não equipa, que não reprime com eficácia, e fora isso não tem outro papel, não se torna cidadã. O mal absoluto deve ser combatido com a repressão, com uma polícia tornada competente, não havendo outro modo de pensar esse combate a partir das instituições da sociedade civil.

Da perspectiva performativa, uma narrativa tem de ser parcial se o efeito pretendido é fazer crer que a solução não pode ser dada antes e acima do social, mas deve vir das próprias instituições, a partir das negociações concretas das partes, dos interlocutores que também lutam *na* sociedade. Em *Veja* não se examina o problema de dentro, mas de cima, ao modo de uma instância moral/moralizadora, que estabelece um fechamento discursivo sem lugar para a interatividade do leitor. Como diria Habermas, não é possível planejar a tarefa pedagógica da ação comunicativa fora dos próprios contextos dialógicos em que emergem os problemas a resolver em cada situação de ação.

Do ponto de vista patêmico, o enunciatário é colocado na posição de angústia, de aflição. Ele pode a qualquer momento ser atacado pelos bandidos tresloucados. A posição do enunciador onisciente equilibra performativamente essa angústia, pois ele ocupa a posição de um sujeito sabedor, solucionador e julgador dos acontecimentos. O percurso proposto ao enunciatário é aflição – insatisfação – alívio. A posição de alívio corresponderia, como vimos, ao aumento da estrutura de combate ao crime, trazido pela cobrança, não de leitores informados por *Veja*, mas do próprio enunciador que representa seus leitores e assume suas angústias. "Em países onde a vida humana tem um valor maior", continua o texto, "dramas de menor gravidade desencadearam um processo de transformação".

O leitor se constrói com *Veja* repondo uma corporalidade e um modo de vida (depositado no *habitus*, diria Bourdieu) que se estrutura a partir dessa visão do social; em particular, a partir dessa configuração do crime e do castigo são repostos valores recidivantes, desconhecendo-se uma transvalorização que poderia reposicionar a visão de mundo dualista aqui desenhada para os leitores. O enunciatário construído por *Veja* é quase um *ressentido*, que não investe na replanificação de uma sociedade construída sobre a alegria e o desejo. Transformar essa posição da revista significaria supor investimento em

um imaginário muito diverso desse por nós analisado. Significaria investir num imaginário democrático radical, para usar a expressão de Laclau.

Cabe ao leitor crítico, para captar os inúmeros mecanismos diferenciais de construção textual, não ser fiel a apenas uma revista semanal. A infidelidade permite a comparação, a percepção de que as revistas não apenas informam, mas participam da construção do imaginário dos leitores, nesse caso o imaginário da segurança e da violência. O leitor infiel, ao comparar diversas construções, poderá constituir sua visão, se não de questões éticas e políticas, pelo menos das posições diversas da mídia. Tema importante, por exemplo, para a formação de jornalistas, de advogados, de alunos de segundo grau, ou seja, de uma agenda de educação para a mídia.

NOTA

1. Principal publicação do Grupo Editorial Abril, a revista *Veja* é líder de mercado, com tiragem média semanal de 1117 mil exemplares (1999), respondendo, sozinha, por 8,2% da tiragem dos 129 títulos de revistas em circulação no Brasil – 13.607 mil. No segmento de revistas de "interesse geral e atualidades", *Veja* amplia ainda mais sua liderança, com tiragem superior à soma de suas principais concorrentes: *Época*, da Editora Globo, com 486 mil exemplares por semana, e *Istoé*, da Editora Três, 354 mil exemplares por semana. (*Mídia Dados* – Grupo de Mídia de São Paulo: www.gm.org.br). *Veja* é distribuída através de assinaturas (83%) e venda em bancas (17%). (*Meio&Mensagem*: www.mem.com.br)

ABSTRACT

The magazine of highest circulation in Brazil, Veja, reaching an average of one million copies per week, published an article on June 21, 2000 on the ways Brazil deals with violence. The starting point was an episode occurred in Rio de Janeiro: an armed man kept the passengers of a bus as hostages and, after hours of negotiation, he got out of the vehicle taking a woman with him. The police shot but missed him, and he killed her. How Veja's enunciator produces a discourse on violence and what values it imposes to the reader? This work provides a semiotic analysis of enunciative strategies. This analysis integrates a broader research, which is part of an Integrated Project supported by CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - National Committee for Scientific and Technologic Development). Such research maps thematically Veja's cover articles, since its foundation in 1968.

José Luiz Aidar Prado é professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP (São Paulo – Brasil). É Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Mestre em Engenharia e Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Foi vice-presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós) no período 1999-2001. É autor de *Brecha na comunicação* e co-autor de *Lugar global, lugar nenhum, Psicandlise fim de século e Desafios da comunicação*, entre outros. E-mail: zupra@terra.com.br

EL DISCURSO DE LAS CAMPAÑAS ELECTORALES EN TELEVISIÓN: LA EFERVESCENCIA SÍGNICA*

TERESA VELÁZQUEZ GARCÍA-TALAVERA

1. LOS MOMENTOS DE LA ACTIVIDAD POLÍTICA: LAS LEGISLATURAS Y LOS PROCESOS ELECTORALES

El discurso de la comunicación política se realiza en dos momentos bien delimitados. Uno, correspondiente a la actividad política desarrollada durante los períodos de legislatura, y el otro, a los períodos de efervescencia de la vida política en los que esta pasa a un primer plano, y que situamos en los momentos de las precampañas y campañas electorales (Velázquez 1991, 1994). Por otra parte, y cada vez más, el espacio, los contenidos y, casi, las formas de las precampañas invaden el espacio cotidiano de la vida política en los estados democráticos. En este sentido, los medios de comunicación desempeñan un papel fundamental.

* Este artículo se inscribe en el marco de la investigación "Elecciones presidenciales 2000. Los casos de España, México y Estados Unidos", en la que participan las universidades: Nacional Autónoma de México (UNAM); de Texas (U of T) y Autónoma de Barcelona (UAB). El equipo de la UAB está integrado por Iñaki García, Marta Rizo, Joan Rousiñol, Encarna Rufz y Mey Zamora. El análisis de la información de la campaña que se presenta aquí ha sido realizado por Marta Rizo, Encarna Rufz y Teresa Velázquez.